César Oliveira

Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18.

As hesitações, a ambiguidade *táctica, a descoordenação das actuações, uma certa permeabilidade à demagogia, a forma «explosiva» de algumas acções caracterizaram em larga medida, no período de 1914-18, o movimento operário português, cuja eficácia ficou desse modo sujeita a fortes* limites. *Particularmente significativas foram as tréguas concedidas pela União Operária Nacional à ditadura de Sidónio Pais durante os seus dois primeiros meses, o que lhe permitiu consolidar-se e resultou da incompreensão, pelo movimento operário, das «contradições» políticas entre as diversas «fracções» das classes dominantes. Estas características do movimento operário só podem ser correctamente interpretadas em função das estruturas socioeconómicas portuguesas dessa época, as quais determinavam, nomeadamente, uma grande heterogeneidade da composição social das classes trabalhadoras. No interior destas, os operários que trabalhavam em empresas com mais de 10 assalariados não chegavam, aliás, a constituir 20 % dos trabalhadores «industriais».*

1. Considerações preliminares

Não nos move a intenção de mostrar porque se revelou inadequado determinado tipo de actuação, ou, partindo de posições aprioristas, transportar para *a realidade* de um dado período condicionantes ou perspectivas que nele não poderiam ter *existência real.*

Muito menos nos interessa reavivar polémicas ou projectar para o nosso tempo determinado tipo de actuações ou tentativas de solução para uma problemática que hoje se não coloca na mesma identidade de estruturas; as alternativas sociais e políticas concretizadas num dado período de uma sociedade determinada são apenas *alternativas concretas* desse *período concreto,* na presença de certas realidades estruturais e de conjunturas que se não repetirão.

Interessa-nos, isso sim, compreender o mais profundamente possível, em toda a sua globalidade, a dinâmica histórica dos processos sociais.

Apesar de a intenção mais determinante deste esforço de compreensão ser de sentido totalizador, as interpretações que possamos produzir terão sempre um carácter provisório: carácter provisório que desde logo se origina no distanciamento entre o

plano do conhecimento histórico *possível* e o plano do *real* que *foi*.

Porque este esforço de compreensão, ainda que provisório, tenderá a reproduzir todo um contexto específico, não se estranhará, por certo, que o objecto principal deste breve estudo seja antecedido de uma parte introdutória, porventura demasiado longa, que se destina a procurar *situar estrutural e ideologicamente* as classes trabalhadoras portuguesas e as suas organizações ao tempo em que se produziu o primeiro conflito mundial.

A ambiguidade táctica, certa permeabilidade à demagogia, as hesitações, o carácter *explosivo* de algumas acções, a descoordenação das actuações de que se reveste a movimentação das classes trabalhadoras portuguesas no período de 1914 a 1918, só podem ser minimamente interpretadas e compreendidas se, previamente, houver sido ensaiada uma síntese que avance no conhecimento da globalidade da sociedade portuguesa do post-liberalismo.

Dissemos já atrás que este esforço de compreensão tem um carácter provisório; este carácter acentua-se em relação ao próprio objecto deste trabalho, sobretudo no que respeita à composição social das classes trabalhadoras portuguesas, cujo estudo completo está por fazer. Falta saber ainda, entre outras coisas, a composição social dos diversos partidos políticos da república democrática ao tempo da primeira guerra mundial, os mecanismos sociais e os interesses que a sua acção e propaganda accionavam.

2. O movimento operário na sociedade portuguesa

2.1 As transformações económicas, sociais e culturais, produzidas numa sociedade acentuadamente rural e agrária, que começaram a ser introduzidas em Portugal após o triunfo definitivo da *revolução liberal* originaram um processo extremamente lento, caracterizado pela coexistência de *sobrevivências do antigo regime* com unidades fabris de razoável dimensão, de tentativas de mecanização da agricultura [1] com mercados regionais nitidamente demarcados e de elevadas percentagens de analfabetismo (cerca de 75 % ao findar o século passado) com surtos referenciados de modernização tecnológica [2].

Por outro lado, coexistiram em Portugal, quase até aos nossos dias, actividades produtivas não agrícolas de tipo oficial, de unidades familiares, pequenas oficinas artesanais e até produtores isolados — cujo número foi deveras considerável — com unidades industriais fabris, que em alguns sectores (têxtil algodoeiro, indústrias conserveiras, lanifícios e vidros) atingiram apreciável concentração em áreas geográficas de dimensão reduzida; o crescimento urbano, que a partir da segunda metade do século passado se acentuou, sobretudo localizado numa faxa estreita do litoral, originou o aparecimento de uma série de profissões e actividades que directamente pouco tinham a ver com o desenvolvimento da

[1] Ver Miriam Halpern PEREIRA, *Livre Câmbio e Desenvolvimento*, Lisboa, Cosmos.

[2] *Relatório da Associação Industrial* publicado pela A. I. P. em 1865.

produção industrial e fabril; como exemplo poderemos indicar, entre outras, as seguintes actividades: construção civil e afins, transportes urbanos, reparações e estaleiros navais, desenvolvimento do pequeno comércio a retalho, etc.

As transformações que temos vindo a referir inscreveram-se num país que só nos finais do século XIX viu criadas, com o desenvolvimento da rede ferroviária e rodoviária, as condições de efectivação de um mercado nacional que não abalou, todavia, ao que julgamos, os principais centros dos mercados regionais do interior e todo um sistema de feiras importantes, cujo *peso* ainda hoje se faz sentir nas zonas de menor desenvolvimento.

Se for legítimo falar de *revolução industrial portuguesa,* temos de entendê-la como um longo, muito longo e sinuoso processo, cujas fases finais acabam de decorrer ou decorrem ainda, realizado num contexto crónico de dependências externas (investimentos ingleses e franceses, recurso sistemático ao crédito externo, vantagens obtidas por pautas aduaneiras proteccionistas, exploração das matérias-primas e dos mercados dos territórios africanos) e perante conjunturas político-económicas quase sempre desfavoráveis (má administração financeira, insuficiente adequação das medidas de fomento, deficiente exploração das potencialidades coloniais, corrupção administrativa, instabilidade política etc.).

2.2 Nos termos atrás descritos, em que sentido poderemos falar de movimento operário?

É óbvio que um *movimento operário* só se pode estruturar nos planos organizativos, ideológicos e da própria acção na presença de uma dada população operária e assalariada inserida em estruturas económicas e sociais que, historicamente, permitam a sua acção como movimento *socialmente autónomo* e dotado de objectivos *próprios e distintos.*

Mas movimento operário num país onde, em 1911, os operários representavam uns escassos 20 % da população total colectiva? Movimento operário inserido em estruturas cuja actividade dominante era a agricultura e nas quais a indústria era diminutamente concentrada, dispersa em pequenas unidades e coexistindo com pequenas oficinas artesanais e familiares?

Em 1911, para um total de cerca de 450 000 pessoas que viviam da actividade *industrial,* apenas cerca de 96 000 trabalhavam em unidades com mais de 10 operários; destes 96 000 operários, 83 000 estavam concentrados na primeira e terceira circunscrição industrial, respectivamente Porto e Lisboa, e grande parte deles (32 000) trabalhavam na indústria têxtil. Se atendermos, porém, ao número total de operários em relação com o número total de instalações fabris registadas, verificamos que a média de operários por unidade instalada é de 25 por unidade [3].

A implantação industrial que foi sendo realizada no País tem de se entender como circunscrita às zonas de Lisboa-Setúbal, Porto-Braga-Gaia e a algumas pequenas manchas em Guimarães,

[3] Em função dos dados elaborados por Bento CARQUEJA, *O Porto Português,* 1915.

Vizela, Marinha Grande, Covilhã e Portalegre; por outro lado, quando se fala em «indústria», esta é sempre pouco concentrada e dispersa, heterogénea quanto à natureza da produção, e ter-se-á, além do mais, de perguntar, em termos de movimento operário, quais as relações entre a zona «desenvolvida» do litoral e o resto do País.

Será portanto pertinente o uso da expressão *movimento operário?*

A análise das fracções de trabalhadores que a partir de 1872 participam em movimentos reivindicativos e cuja expressão, através das greves realizadas, podemos conhecer (anexos, quadro n.º 1) mostra-nos, ao que pensamos, uma *realidade* que nos obriga a definir e a clarificar, em termos do seu significado social e político, o sentido da expressão *movimento operário.*

Com efeito, a leitura atenta do quadro em anexo, necessariamente incompleto, mostra-nos a existência de fracções de trabalhadores que, apesar do seu carácter reivindicativo, pouco tinham a ver com transformações inovadoras introduzidas nos processos de trabalho e não se pode dizer que, das 193 greves realizadas no período referido, a maior parte tivessem sido greves fabris.

Durante muitos anos, a indústria do calçado, a marcenaria e a indústria do mobiliário, os tanoeiros, os calafates e as próprias indústrias têxtil e metalúrgica não podem ser designadas genericamente como *indústrias fabris;* em quase todas estas indústrias, ou se *trabalhava à peça,* quase sempre domiciliariamente, ou *parte da produção* (no caso da têxtil, por exemplo) era confiada a trabalhadores domiciliários. Concentrações operárias, no sentido mais actual da expressão, só começam a aparecer como reflexo da pauta proteccionista de 1892, sobretudo em ligação com uma ocupação e exploração mais activa dos territórios africanos de domínio português.

Com o que temos vindo a afirmar não pretendemos negar a existência em Portugal, de forma cada vez mais crescente, do predomínio social de relações de produção capitalistas. O que afirmamos é que essas relações de produção adquirem, no contexto português, especificidades que derivam do *lento processo transformador que, em curso aberto no País após a Regeneração, estava ainda muito longe da sua maturidade no primeiro quartel do nosso século.*

Que o capitalismo industrial e comercial português e certas empresas agrícolas capitalistas coexistem com uma produção artesanal e familiar (em pequenas oficinas ou nos próprios domicílios) de natureza *pouco* marcada por relações de produção capitalistas é, julgamos, um facto que os últimos trabalhos publicados [4] mostram com evidência. Que este tipo de *coexistências* se produzem em estruturas onde *persistem* sobrevivências agrárias de tipo feudal (o próprio sistema de pagamento das rendas agrícolas, a produção para autoconsumo, mercados regionais com importância e onde

[4] Miriam Halpern PEREIRA e Armando de CASTRO têm mostrado certos aspectos da inovação tecnológica no contexto de permanência de sobrevivências *feudais.*

até há pouco *funcionava* a troca directa) parece-nos ser também facto iniludível. De resto, não há sociedades com *estruturas* produtivas puras e que confiram ao conjunto das relações sociais uma natureza totalmente homogénea. *Cada país, cada sociedade, ganha caracterizações próprias, determinadas por condições históricas concretas, que, no caso português, têm muito a ver com a lenta transformação das estruturas económico-sociais.*

Em 1913-14, se considerarmos (meramente como hipótese e provisoriamente) que são operários fabris os trabalhadores industriais que trabalham em unidades com mais de 10 operários, verificamos que estes (cerca de 96 000) correspondem a escassos 20 % de todos os trabalhadores industriais. Os restantes, cerca de 345 000, são efectivamente *operários,* mas trabalhando em pequenas oficinas, nos próprios domicílios, geograficamente dispersos. Por outro lado, a construção civil, os transportes ferroviários, os diversos trabalhadores camarários, os transportes urbanos (lembra-se o papel activo dos carroceiros lisboetas), os pescadores e os jornaleiros das zonas agrícolas de Évora-Beja-Estremoz e de Santarém-Alpiarça-Coruche são fracções muito activas e determinantes na movimentação colectiva das classes trabalhadoras.

O movimento operário português — cuja base de inserção nos processos produtivos reais está ainda longe de ser rigorosamente e plenamente determinada — age, educa, organiza-se e movimenta-se em função da dispersão e do trabalho assalariado não homogéneo. *Poderemos mesmo afirmar com relativa segurança que o movimento operário português, para o período em que estamos a considerá-lo, envolve e aglutina operários fabris, é certo, mas maioritariamente assalariados muito diversos, com grande dispersão por pequenas oficinas e muito heterogéneos quanto à natureza da própria produção.*

A compreensão desta complexidade estrutural é o único caminho que pode conduzir à clarificação da própria organização operária, das debilidades tácticas e ideológicas, dos seus *comportamentos* perante as outras classes sociais e os diversos organismos políticos.

2.3 O movimento operário português, após um período em que predominava o *sonho* da *grande colaboração entre as classes* pela *regeneração* dos *vícios do capital* — entre 1850 e 1871 —, adquire, a partir do início da década de 1870, uma progressiva feição socialista, que vai resultar, em 10 de Janeiro de 1875, na criação do Partido Socialista.

No entanto, quatro *condicionamentos* vão estar, desde muito cedo, na origem do fracasso da acção do Partido Socialista [5]:

a) Toda a propaganda e produção teórica — Antero, Fontana, Eduardo Maia, etc. — que serviu de instrumento para o abandono da *colaboração entre as classes* e que animou a *Fraternidade Operária,* as *Conferências do Casino, O Pensamento Social,* a *fundação do P. S.* e toda a imprensa operária e socialista *é de raiz proudho-*

[5] Ver César OLIVEIRA, *O Socialismo em Portugal — 1850-1900,* Afrontamento, Porto, 1973.

niano-bakuninista e enxerta-se na presença de aliancistas libertários em Portugal. Poderemos até afirmar que de 1870 a 1909 não há outra propaganda, outra produção teórica, outros programas que não estejam sempre muito mais perto do proudhonismo e do anarco-comunismo (Silva Mendes, *Revolução Social,* etc.) do que do marxismo, do qual o Partido Socialista se reclamou no prosseguimento do voto e do apoio português à facção marxista da I Internacional no Congresso de Haia de 1872 [6]. Exceptuando certos artigos de Azedo Gneco e um ou outro *ponto programático,* o partido apontou sempre para soluções de tipo federativo e associacionista, à boa maneira proudhoniana.

b) O Partido Socialista preocupou-se quase exclusivamente com a participação no terreno das lutas eleitorais e na acção legal. A própria legislação eleitoral num país onde o analfabetismo das classes trabalhadoras se situou entre os 65 % e os 95 % afastava o operariado e os trabalhadores assalariados desta *acção principal* do P. S. Neste campo de acção, que o P. S. sempre privilegiou, o Partido Republicano foi sempre um concorrente muito sério e *socialmente mais viável;* operando uma aglutinação de indivíduos vindos das mais diversas classes sociais, o P. R. P. soube criar, mormente a partir de 1890-91, *um projecto alternativo de carácter nacional* à administração e ao regime monárquico.

c) O Partido Socialista viu sempre surgir no seu seio, quer expressando-se nos seus dirigentes, quer na imprensa, quer ainda em associações e organismos federados, conflitos sobre conflitos, que, grande parte das vezes, respeitavam a questões de carácter pessoal e de prestígio, mas que, na generalidade dos casos, se ligavam aos dissídios em aberto no movimento socialista europeu: *autoritários* contra *antiautoritários, possibilistas* contra *revolucionários, socialistas de estado* e *marxistas,* etc. Estes conflitos, situados quase sempre numa problemática que nada tinha a ver com alternativas divergentes perante a realidade concreta da sociedade portuguesa, provocaram a paralisia progressiva dos socialistas, a inacção de alguns dos seus primeiros e melhores militantes e o abandono sucessivo, com trânsito para o P. R. P., de militantes prestigiados (Felizardo Lima, Heliodoro Salgado, Ernesto Silva, etc.).

d) Os anarquistas que puderam retomar (desenvolvendo-a a partir de 1887-88) a produção teórica e a propaganda da década anterior conduziram uma acção mais centrada nas associações de classe, nas fábricas, nas oficinas e nas tertúlias políticas de propaganda e educação. Com folhetos, com uma imprensa crescente e de qualidade progressiva, usando uma linguagem de fácil apreensão, directa e quase coloquial, apelando para uma acção colectiva libertadora das energias individuais, ou agindo *em cima* dos acontecimentos e das situações de exploração, os anarquistas puderam ir conquistando terreno aos socialistas, implantando-se cada vez mais soildamente nos locais de produção.

---

[6] Carlos FONSECA, *Origem da 1.ª Internacional em Portugal,* Estampa, Lisboa, 1973.

Traduzindo Reclus, Malatesta, J. Grave, Kropotkine já desde 1884 e depois, a partir de 1903, Pouget, Leone, Prat, Griffuelhes, S. Faure, A. Hamon e outros teóricos do sindicalismo revolucionário francês, os anarquistas puderam também criar um corpo esclarecido de militantes capazes de perspectivar, em termos da realidade portuguesa, uma acção eficaz e adequada. A esta acção doutrinadora e formadora aderiram intelectuais com formação universitária, produzindo eles próprios obras de doutrina e análise crítica; entre outros, salientaram-se, nos primeiros quinze anos do nosso século, os seguintes: Adolfo Lima, Campos Lima, Emílio Costa, Pinto Quartim, Neno Vasco, o próprio Alfredo Pimenta, etc.

2.4 Esclarecido o sentido da expressão *movimento operário* na sua inserção na sociedade portuguesa e explicado, em termos gerais, o fracasso da acção do Partido Socialista, procuraremos agora traçar esquematicamente as *fases* da organização do movimento operário e sindical nas vésperas do conflito europeu.

Em 1909, os sindicalistas revolucionários, com o apoio dos anarquistas, colhendo os frutos da sua acção junto das associações de classe e da sua capacidade de doutrinação e propaganda e, essencialmente, beneficiando do extraordinário impacte do jornal diário *A Greve* [7] — de curta mas eficaz duração —, conseguiram realizar, em Setembro do mesmo ano, o I Congresso Sindical e Cooperativo.

Esse congresso marca o início do triunfo do sindicalismo revolucionário e do anarquismo sobre um Partido Socialista minado por quesílias internas e que, como nota César Nogueira, não tinha ficheiro, arquivos, secretaria e imprensa dignos desse nome [8]. Neste Congresso, em que não estiveram presentes os organismos ainda afectos ao Partido Socialista, estiveram representados cerca de 20 000 trabalhadores sindicalizados.

Em 1911, no II Congresso Sindicalista, que continuou a acção do anterior, o número de trabalhadores representados eleva-se a 36 000, número que sobe a cerca de 94 000 no Congresso Operário de Tomar, onde é criada a União Operária Nacional, primeira estrutura federativa, à escala nacional, que o movimento operário e sindical conheceu. Estes dois congressos acentuaram o triunfo do sindicalismo revolucionário e marcam o desaparecimento definitivo, junto dos trabalhadores e como organização dos socialistas.

Em 1919, no Congresso Operário de Coimbra, estão representados cerca de 120 000 trabalhadores; neste congresso é criada a C. G. T. (Confederação Geral do Trabalho), que substitui a U. O. N., como organização federativa dos sindicatos, uniões dos sindicatos e federações de indústria. Estava criada a maior organização de massas que o País conheceu, proprietária de um jornal diário, *A Batalha,* o terceiro do País em número de exemplares tirados e vendidos.

---

[7] Era um jornal diário com colaboração de várias tendências. Durou apenas quatro meses. Publicou traduções, artigos de militantes portugueses e abundante noticiário informativo.

[8] César NOGUEIRA, *Notas para a História do Socialismo,* Portugália, Lisboa, 1964.

Para o período que nos interessa — 1914-18 —, a acção do movimento operário move-se sob a orientação da U. O. N. Bom será, portanto, que procuremos traçar o quadro circunstancial que envolveu a sua criação e os primeiros tempos da sua acção.

A U. O. N. é criada imediatamente a seguir a um período extremamente agitado da vida social e política do País.

Após a implantação da República, uma série de factores, a maioria dos quais conjunturais, vêm concorrer para fazer deflagrar conflitos sociais importantes, que os governos republicanos só à custa da repressão, por vezes muito violenta — prisões sem culpa formada e sem julgamento, encerramento de sindicatos, cerco e encerramento, por duas vezes, da Casa Sindical em Lisboa, acção violenta da G. N. R. em Setúbal e no Alentejo, suspensão das garantias constitucionais pelo Governo Duarte Leite, etc. —, conseguem, e *apenas momentaneamente,* resolver.

Entre os factores aludidos cumpre salientar os seguintes:

a) Destruição, *pela própria prática política dos governos republicanos,* do mito criado durante a monarquia de uma república *salvadora e redentora,* que resolveria todos os problemas e eliminaria *todas as misérias* e que até, como disse A. José de Almeida no período da propaganda republicana, «*reflectisse o fulgor do brilho da esperança anarquista*»;

b) Entrada na luta reivindicativa dos trabalhadores rurais a partir de Janeiro de 1912 [9];

c) Alargamento da *geografia* da luta operária e sindical (Setúbal, Guimarães, Portalegre, Arrentela, Covilhã, zona marítima do Algarve, Silves, etc.);

d) Tentativas militares ou militarizadas de restauração monárquica, que provocaram uma *psicose colectiva antitalassa* [10], que, assumida pelos *carbonários,* pelos *voluntários da República,* pela *Formiga Branca,* produz acções continuadas de retaliação: denúncias, provocações, caceteiros, apupos a líderes republicanos, espancamentos, etc. Estas acções de retaliação encontram eco no jacobinismo do grupo democrático, na pequena e média burguesia portuguesa, tornando assim possível uma convergência da *hostilidade* e *ódio* ao P. R. P., que integrava sectores sociais e políticos muito diversos e com interesses heterogéneos;

e) A liberdade relativa da organização e da propaganda permitida pela República Democrática possibilitou também uma maior e melhor organização em torno dos sindicatos, jornais, cooperativas e grupos recreativos, de instrução e culturais;

f) Subida constante, mormente a partir de 1913, do custo de vida e escassez e agravamento dos preços do pão;

g) Forte corrente emigratória — nos quatro anos considerados, cerca de 280 000 emigrantes saíram do País —, que, originando-se nas zonas rurais do interior, abrangeu também as áreas urbanas.

---

[9] Entre 1910 e 1912, equipas de militantes operários percorreram as zonas rurais do País, organizando censos e conferências, vendendo panfletos, distribuíndo propaganda, como, por exemplo, Carlos Rates, futuro secretário-geral do P. C. P.

[10] *Antimonárquica;* Paiva Couceiro e as incursões em Trás-os-Montes.

A U. O. N., como já se escreveu atrás, criou-se em Tomar, em 1914, num congresso que, originariamente, houvera sido convocado por instigação do Partido Socialista, que pretendia aproveitar-se, não apenas da exaustão relativa de quatro anos de conflitos sucessivos, mas também do facto de os melhores militantes sindicalistas e anarquistas se encontrarem detidos ou expulsos do País [11].

Na data em que o congresso de Tomar se realizou já não havia, porém, militantes presos e as aspirações do P. S. em retomar um papel importante junto dos trabalhadores acabaram por se malograr [12].

No entanto, a U. O. N. começou por ser uma organização enfraquecida, actuando junto de sindicatos e trabalhadores cansados de sacrifícios sobre sacrifícios, alguns deles vãos. A um esforço prolongado de organização e reivindicações seguiu-se, nos finais de 1913 e em 1914, não apenas um forte movimento repressivo, mas o esgotamento dos melhores militantes, a recomposição das organizações sindicais, o cansaço geral das fracções mais reivindicativas. De facto, em 1914-16 apenas se produzem no País 32 greves importantes e conhecidas, contra 301 realizadas no período entre 1910 e 1914 [13].

3. Política partidária, a primeira guerra mundial e o movimento operário

A primeira guerra mundial provocou em Portugal reacções muito diversas e que não cabe aqui analisar em pormenor.

O aproximar da entrada de Portugal no grande conflito fez convergir dois dos mais importantes líderes republicanos: Afonso Costa e António José de Almeida. Esta aproximação realizou-se em função do *interesse patriótico de defesa dos territórios ultramarinos portugueses,* das *obrigações resultantes da aliança inglesa* e da perspectiva de obter, no futuro, *uma posição vantajosa* pela participação, eventualmente vitoriosa, de Portugal na guerra.

Brito Camacho e Machado Santos põem, desde logo, grandes reservas à participação portuguesa, o que fazem também os diversos grupos monárquicos.

Formaram-se dois blocos políticos muito demarcados quanto à participação de Portugal na guerra. É certo que havia no interior de cada bloco grande diversidade de posições ideológicas e na corrente *antiparticipação* não existia, para além da recusa, identidade política. Como prolongamento do que acontecia noutros países europeus, constitui-se em 1916 o governo de *União Sagrada,* de que participavam democráticos e evolucionistas.

Os socialistas, ligados à II Internacional, são convidados a participar no primeiro Governo da União Sagrada. Recusam, como

---

[11] Em consequência das *leis de excepção* de 1896, não abolidas de resto pela República, que previam a deportação de anarquistas.

[12] Ver César OLIVEIRA, *A Criação da União Operária Nacional,* Porto, Afrontamento, 1973.

[13] Ver F. Emídio da SILVA, *As Greves,* Lisboa, 1913, e M. Joaquim de SOUSA, *O Sindicalismo em Portugal,* Porto, 1972 (3. ed.).

organização, essa participação, mas o apoio que um sector bem considerável do Partido presta tacitamente ao Governo provocou cisões e abandonos importantes [14], com posições que estão muito perto da corrente internacionalista e «pacifista», maioritária na U. O. N.

Em Abril e Maio de 1915 realizou-se em Ferrol, Espanha, um Congresso Internacional Pró-Paz, a que a U. O. N. logo aderiu, aí enviando uma representação. Segundo um dos delegados, «a U. O. N., aderindo ao Congresso da Paz e enviando lá os seus representantes, compreendeu o alcance e o valor das resoluções que naquela reunião poderiam ser votadas para que uma tão grande calamidade, como é a actual guerra, tivesse fim» [15].

O congresso, marcado em princípio para o Ateneu Sindicalista daquela cidade espanhola, foi proibido pelas autoridades e só a muito custo os representantes [16] se puderam reunir. Entre outras representações, estavam presentes delegações da Espanha, França, Inglaterra, Itália, Brasil, Argentina, Cuba e Portugal.

Nessa reunião foi aprovada uma proposta com o seguinte teor: «1.º Que se nomeie um *Comité Permanente do Congresso Internacional da Paz.* 2.º Que este *Comité,* composto de cinco membros, tome à sua guarda os documentos do Congresso, arquivando-os como dados para a história proletária. 3.º Que este *Comité* escreva de quinze em quinze dias uma alocução revolucionária nos idiomas falados nas nações beligerantes e a faça chegar por todos os meios às trincheiras e aos campos de batalha. 4.º Este *Comité* terá a sua residência em Lisboa, Portugal.» [17] Como fosse previsível a eventualidade de a primeira guerra mundial envolver os dois países peninsulares, o congresso ocupou-se também das relações entre os trabalhadores espanhóis e portugueses, aprovando, sob proposta da delegação portuguesa, uma moção que concluía do seguinte modo: «[...] 3.º Que se combata por todos os meios, e em especial por meio da imprensa e da tribuna, a opinião burguesa e política na sua febre pelo aumento de armamentos e pelo afã de conquistas territoriais.» [18]

O congresso assentou ainda na constituição de uma *nova internacional* que, agrupando apenas «organismos caracterizadamente operários de resistência e de classe» [19], se orientaria numa linha revolucionária. «Portanto, camaradas, esperamos que todas as federações locais, regionais e nacionais, além dos sindicatos profissionais, nos dêem a sua adesão e contribuam com qualquer quantia para custear as despesas que havemos de fazer... Ao trabalho, pois, camaradas, que a nova Internacional impeça, no porvir, guerras monstruosas como a que actualmente presenciamos, tais são os nossos votos. Viva a Internacional. Abaixo a guerra.» [20]

---

[14] César NOGUEIRA afastou-se do P. S. nesta data.
[15] Relatório de M. J. de SOUSA, edição da U. O. N., 1915.
[16] Ibid., id.
[17] Ibid., id.
[18] Ibid., id.
[19] Ibid., id.
[20] Ibid., id.

Entretanto, em Novembro de 1915, o *Manifesto da Conferência de Zimmerwald* era traduzido e publicado na grande maioria da imprensa operária portuguesa. Militantes operários, anarquistas, sindicalistas e alguns socialistas, na *linha* fundamental das resoluções de Ferrol e do *Manifesto de Zimmerwald,* procuram contraditar os líderes republicanos partidários da intervenção portuguesa.

A mobilização geral, o apresamento dos barcos alemães surtos no Tejo e o *milagre de Tancos* eram apoiados em comícios públicos e conferências. Os dirigentes sindicais e os intelectuais revolucionários procuram rebater as opiniões aí proferidas. O facto de uma maioria significativa das organizações operárias e os seus melhores militantes *alinharem* numa actuação anti-intervencionista reforçou a acção daqueles que em Portugal, certamente com outros motivos, se tinham colocado numa posição de recusa à intervenção portuguesa na guerra.

O *Despertar,* a *Voz da Razão* [21] e o *Boletim da U. O. N.* são porventura, neste período, embora com intermitências várias, os órgãos da imprensa operária que, de forma mais clara e radical, protestam contra a participação na guerra. Desde o início do conflito que a maioria dos órgãos da imprensa operária apontavam a natureza imperialista dessa *guerra de rapina,* ao mesmo tempo que procuravam detectar as suas possíveis e previsíveis consequências para as classes trabalhadoras.

A unidade política entre evolucionistas e democráticos não se fez também sem implicar flutuações em sectores minoritários numa e noutra formação política. Se a mobilização geral, a compra de armamento e a preparação militar não provocaram perturbações graves, o certo é que já em Tancos [22] e nos primeiros embarques para França do C. E. P. [23] diversos actos de indisciplina vieram mostrar o significado, no próprio exército, das posições anti-intervencionistas.

4. Primeira guerra mundial e custo de vida

4.1 O custo de vida sofreu de 1914 até Agosto de 1917 um aumento da ordem dos 66 % na generalidade do País; porém, se considerarmos apenas as cidades e os subúrbios de Lisboa e do Porto, o aumento do custo de vida apresentava já, para Outubro de 1917, um agravamento de 99 %, que em Fevereiro do ano seguinte rondava os 133 %. Se em 1914 e 1915 o agravamento do custo de vida se não fez sentir com *muito peso,* a entrada efectiva de Portugal na guerra possibilitou a subida *repentina* dos preços [24].

A par do aumento do custo de vida, centrado nos géneros de primeira necessidade, uma outra série de factores ligados à guerra e altamente influentes na carestia da vida e no processo inflacioná-

---

[21] Órgão das Juventudes Sindicalista e Anarquista.

[22] Local de preparação militar das tropas portuguesas destinadas a França.

[23] Corpo Expedicionário Português.

[24] Ver anexos.

rio irrompem em Portugal. Não só aumentam os preços dos géneros e dos principais produtos (carvão, lenha, etc.), como o açambarcamento e o mercado negro retiram dos mercados urbanos muitos dos géneros alimentares e produtos de primeira necessidade, o que é acompanhado por constantes práticas especulativas e por tentativas monopolistas diversas.

Toda esta situação, provocada pela subida dos preços e pela escassez dos géneros, arrasta à corrupção administrativa, à fuga de capitais [25] e à desorganização dos mecanismos de fiscalização, para as quais o poder político não consegue encontrar antídoto eficaz.

Este quadro agrava-se com o aumento das despesas militares, com a desorganização relativa das redes ferroviárias, com a escassez dos meios de transporte rodoviário, com o decréscimo nítido da produção industrial e agrícola e com a dificuldade crescente das trocas comerciais do País com o exterior.

Tudo isto contribuiu para acentuar as situações de miséria, dificílimas de suportar para as classes trabalhadoras. Se nas zonas rurais os problemas se avolumam, nas zonas urbanas a escassez de abastecimentos cria situações cada vez mais intoleráveis. Os quadros em anexo ilustram bem o agravamento de toda a *situação social* no que respeita ao preço dos géneros e aos salários.

4.2 Em Janeiro de 1916 foi sugerida pela primeira vez ao Conselho Central da U. O. N. a ideia de uma greve geral contra a carestia da vida. No entanto, em presença da debilidade e exaustão das organizações operárias, a ideia foi preterida em favor de lutas parciais e generalizadas pelo aumento de salários, contra o desemprego (em boa parte motivado pela carência de matérias-primas vindas do exterior) e contra a guerra. Esta *linha* de actuação *situava-se* e retomava as reclamações formuladas ao poder em Abril de 1914, após a criação da U. O. N.

No entanto, no 1.º trimestre de 1916 produzem-se em Lisboa, no Porto e em Almada os primeiros assaltos a armazéns de géneros, assaltos que saíam totalmente dos propósitos da U. O. N. e que escapavam em absoluto ao *contrôle* dos sindicatos operários.

A estas acções de carácter violento responde o Governo com o assalto à 1.ª Secção da U. O. N. e com a prisão de dezenas de operários. As autoridades tentam dissolver a U. O. N., mas esbarram agora com um operariado de novo coeso e unido, potencialmente *explosivo*.

Sucedem-se os assaltos, que ganham cada vez maior violência, como foi o caso do assalto a todos os armazéns e estabelecimentos de géneros da Rua Mouzinho da Silveira, no Porto.

Os assaltos assumem um carácter imprevisto, disperso e quase sempre desorganizado. Uma vaga de violências, de assaltos à machadada e de destruições surge um pouco por toda a parte.

---

[25] Para a Suíça principalmente. Não foi possível apurar, como é óbvio, os montantes e a origem dos capitais colocados na Suíça. V. Pulido VALENTE aflora o facto em *Estudos sobre Sidónio Pais*, Lisboa, 1968.

Em 1917 há um súbito recrudescer dos movimentos grevistas que acompanha o agravamento do custo de vida, alguns dos quais assumem particular violência e significado, atingindo, em alguns casos, sectores importantes da vida do País: greves dos trabalhadores telégrafo-postais, greve dos tipógrafos e compositores, dos transportes, etc. Algumas das greves repetem-se com mínimos intervalos de tempo e raras vezes se obtêm sucessos nos movimentos. A margem sul do Tejo ficou, por esta altura, completamente paralisada durante três dias, pois os transportes e os correios entraram totalmente em greve.

Vivendo-se sob leis de excepção, as greves realizavam-se em condições muito desfavoráveis (assaltos e greves criam situações embaraçosas aos sindicatos operários), mas tiveram tais reflexos e provocaram tais consequências que originaram uma repressão violenta de carácter militar. Em 1917, Norton de Matos, quando da greve dos Correios, ordena e mobilização militar de todo o pessoal, incluindo as mulheres. Vive-se de facto uma *situação quase explosiva,* com movimentações inesperadas, anárquicas e descoordenadas, a que os governos respondem com certo *descontrôle* político, o que os leva a cometer erros sobre erros na repressão à luta contra a carestia da vida, a alta dos preços e a falta de géneros.

Em Maio de 1917 produziu-se o que ficou conhecido como a *Revolução da Batata,* isto é, o assalto generalizado e espontâneo aos armazéns e estabelecimentos, acompanhado de motins e tumultos, alguns dos quais sangrentos, e de acções de retaliação por parte da burguesia e dos proprietários.

A 19 do mesmo mês, e em consequência dos assaltos, motins, greves, tumultos e outras formas de acção violentas cada vez mais generalizadas, são presos e internados no Forte de Caxias mais de 400 indivíduos.

Toda a repressão a estes movimentos contra o custo de vida se vai enxertar na recordação da repressão às greves rurais de 1911-12 e à greve geral de Lisboa em 1912. Reacende-se entre os militantes e a massa dos trabalhadores a hostilidade e o ódio contra o Partido Democrático (espinha dorsal da União Sagrada) e contra Afonso Costa, apodado pelos militantes operários de *racha-sindicalista* e de *inquisidor-mor do povo português* [26].

5. A U. O. N., a carestia da vida e a guerra

Toda a movimentação social e reivindicativa para a qual buscámos, nas páginas antecedentes, uma caracterização obrigou à revitalização da União Operária Nacional, dando-lhe uma força e coesão como até aí nunca tivera a primeira estrutura federativa à escala nacional dos trabalhadores portugueses. Daí, logo nos começos de 1917, a intenção de fortalecer os organismos operários e de dar um sentido e uma coordenação ao descontentamento do operariado.

---

[26] «Inscrições no Forte de Caxias», *in* J. Pacheco PEREIRA, *A Luta Operária contra a Carestia de Vida,* Portucalense, Porto, 1971.

Prudentemente, evitando qualquer alusão aos motins e aos assaltos, a U. O. N. dirigia, em fins de Fevereiro, a todas as associações e sindicatos operários uma convocatória para uma Conferência Operária do Sul do País. «A criminosa guerra que se desencadeou, há dois anos, no Centro da Europa e em que também foi envolvido o nosso país, trazendo para a nossa vida industrial e agrícola e para a nossa situação de trabalhadores as consequências horríveis que todos nós sentimos, trouxe também, com o afastamento forçado de muitos dos seus militantes e com o mal-estar que de todos os trabalhadores se apossou, a *desorganização do operariado* e o *enfraquecimento e a inércia dos seus organismos associativos.*» [27]

As Conferências Operárias (uma no Porto e outra em Lisboa) realizaram-se de facto em Abril e Maio de 1917. Aí estiveram representados 176 sindicatos, 4 federações de indústria, 2 uniões de sindicatos, vários jornais operários e diversas cooperativas. Numa e noutra conferência era a mesma a ordem de trabalhos: 1.º Organização operária; 2.º Carestia da vida; 3.º A organização operária perante as condições de paz.

Ainda que tendo sido a tese *A Carestia da Vida,* cujo relator foi Pinto Quartim, a que maior interesse provocou e maior importância veio a ter no desenvolvimento posterior da movimentação das classes trabalhadoras, bom será que procuremos detectar referências significativas em cada tese apresentada.

Como tentativa de revitalização da organização operária, já desde os finais de 1916 que tinha ficado acordado, entre o Conselho Central da U. O. N. e os sindicatos aderentes, promover, em todo o país, *assembleias magnas* para dinamizar a organização operária através de debates sobre problemas concretos e de grande incidência no quotidiano das populações trabalhadoras. Todavia, a partir da Conferência Operária do Sul, em Abril-Maio de 1917, começa a tornar-se possível uma orientação mais adequada e uma coordenação mais eficiente.

Tentando caracterizar as dificuldades iniciais da U. O. N., escreve o relator da tese *Organização Operária:* «[...] Criou o Congresso de Tomar a U. O. N., instituição que se esperava viesse a exercer no movimento operário português uma salutar influência, contribuindo eficazmente para a formação de novos sindicatos e federações e para o robustecimento dos então existentes, do mesmo passo que daria mais predomínio à acção cooperativa. Volvidos três anos, reconhece-se que a sua influência quase se não faz sentir na vida operária. A Central dos Sindicatos não desempenhou o papel que lhe havia sido confiado, havendo tido apenas uma vida aparente, a despeito de tantas ocasiões se lhe terem deparado para se afirmar [...] Aos sindicatos cabe um grande quinhão de responsabilidades [...]» [28] Mais adiante, e apesar de considerar que «o proletariado português tem a vontade embotada» e que «nunca como agora o operariado teve necessidade de se manter solida-

[27] Tese *Organização Operária,* elaborada pela U. O. N. para ser presente às Conferências Operárias de Abril-Maio de 1917.

[28] Ibid., id.

mente organizado [...]» [29], advertem-se as direcções dos sindicatos de que «[...] *devem estar* em dia *com todos os movimentos de greve que se verifiquem, promovendo assembleias nos primeiros dias em que a greve for tornada pública* [...]» [30].

É o reconhecimento de que há movimentos de greve decididos espontaneamente, ao mesmo tempo que se apontam caminhos de modo a permitir que sejam os próprios sindicatos a imprimir à acção grevista uma orientação e uma coordenação mais definidas. No entanto, como se verá, a tentativa de fazer convergir num amplo movimento social as expressões do descontentamento do operariado vai ser damasiado lenta.

São a discussão e a aprovação das conclusões da tese *A Carestia da Vida* que vão servir para cimentar e perspectivar manifestações dispersas e sem coesão que até aí tinham surgido. «[...] Ao passo que a vida nos últimos vinte anos antes da guerra subira 35 %, os salários estacionavam nesse mesmo número de anos, com pouco sensível diferença em certas e reduzidas indústrias. E, embora todo o esforço da organização operária se concentrasse na conquista de um maior salário, essa diferença não conseguia ser vencida, já porque impotente era ainda essa organização para impor a sua vontade, já porque os nossos grandes e liberais estadistas, apercebendo-se de que eram impotentes para remediar as causas que provocavam os justos movimentos proletários, desafogavam o seu mau humor prendendo e espadeirando os reclamantes, como se, com um prejudicado a mais ou a menos ou com a prisão de uns tantos, o mal desaparecesse [...] [31]

Depois, procurando tirar as ilações que mais se adequavam à luta contra a carestia da vida e da participação de Portugal na guerra, continuava o relator da tese: «[...] O País não produzia nem a metade do necessário para o seu consumo. As poucas indústrias que existiam vegetavam à míngua de capital inteligente e audacioso. Navegação mercantil não a tínhamos: apenas dois vapores para os Açores e uma meia dúzia para África, cuja tonelagem somada era insuficiente para a adaptação da produção colonial. E foi assim nestas condições, sem agricultura, sem indústria, sem navegação, que a guerra veio surpreender Portugal. E foi sob o regime de um salário baixíssimo e de um custo de vida exorbitante, e com uma organização incipiente e inconsistente, que nós, operários, nos encontrávamos quando fomos assaltados na corrente de ambições excitadas pela guerra. Foi assim quando já vivíamos na miséria que nos impuseram mais uma elevação de cerca de 100 % nos géneros absolutamente indispensáveis à mais sóbria alimentação.» [32]

Procurando caracterizar a natureza das ligações entre a guerra, o capitalismo e a carestia da vida, a tese de que estamos tratando conclui: «[...] A crise que os governantes do nosso e dos

---

[29] Tese *Organização Operária.*

[30] Ibid.

[31] Tese *A Carestia da Vida,* elaborada, apresentada e aprovada nas Conferências Operárias.

[32] Ibid., id.

outros países se mostram incapazes de conjurar provém do interesse que tem a burguesia capitalista, pelo afã dos lucros, em deter a produção para especular e em parte também de que uma grande quantidade de capitais é empregada, pelo incentivo dos grandes lucros que a guerra lhes oferece, em empresas improdutivas e destruidoras, subtraindo-se assim à actividade industrial e agrária. A carestia da vida existirá enquanto existir o regime do salariato. Para o operário, a participação que se lhe reconhece no trabalho não é suficiente para satisfazer as suas necessidades. Ora nunca o salário poderá igualar-se aos preços dos géneros, porque é precisamente da diferença que vai de quanto custa o produto ao preço por que é vendido que vivem os capitalistas [...]» [33]

Não nos queremos alongar em citações demasiado extensas, que só serviriam, aqui, para procurar mostrar que, a partir das Conferências Operárias já referidas, é possível perspectivar a luta das massas trabalhadoras com um duplo sentido: *contra a sociedade capitalista e contra a guerra, encarada, como se viu, como sua natural consequência.* Esta visão da natureza da primeira guerra mundial reforçou uma atitude generalizada contra a guerra, que rapidamente ganhou outras camadas sociais e que, projectando-se até às trincheiras, facilitou o caminho vitorioso a novas forças políticas. As conclusões desta tese, integralmente transcritas em anexo, são um lapidar exemplo de lutas parciais conectadas com uma estratégia a longo prazo que visava ganhar, para uma acção conjunta, largas camadas da população portuguesa.

As duas Conferências Operárias tentaram ainda dotar o movimento organizado das massas trabalhadoras com princípios de orientação para uma acção logo após ter terminado a guerra. Entre outras foram aprovadas as seguintes conclusões: «[...] Exigir o termo da diplomacia secreta e que seja permitido ao povo tomar conhecimento, em toda a sua plenitude, da complexidade do problema internacional, sem restrições, sem reservas, sem documentos truncados ou falsificados, sem mentiras e falsas declarações; exigir que, terminada a guerra, se faça plena luz sobre o que se passou [...]; exigir que o delegado ou delegados à futura Conferência de Paz não sejam políticos partidários nem que estejam sob a pressão de quaisquer interesses ou responsabilidades na actual situação [...]» [34]

E, tentando dimensionar uma linha de actuação internacionalista, as Conferências Operárias reafirmaram ainda, com plena e unânime aprovação, alguns princípios básicos: «[...] Nenhum povo deve ou pode ser coagido a suportar o domínio de outro povo sob que pretexto for. Aos povos deve ser permitida sem sofismas a plena determinação das suas ligações ou associações com outros povos. Os Estados devem renunciar a quaisquer anexações territoriais e ao regime de nação armada [...]» [35]

---

[33] Tese *A Carestia da Vida.*

[34] Tese *O Movimento Operário perante a Guerra e as Condições da Paz,* apresentada e aprovada nas Conferências Operárias que a U. O. N. convocou para Abril e Maio de 1917.

[35] Princípios gerais das conclusões da tese sobre as condições de paz.

Estavam pois definidos os pontos essenciais que deveriam nortear, a partir de meados de 1917, a acção conjunta dos organismos operários portugueses no contexto difícil da guerra, da carestia da vida e das leis de excepção sob as quais o País vivia.

6. Democráticos, movimento operário e Sidónio Pais

6.1 Entretanto, a partir de 25 de Abril de 1917 está no Governo um Ministério partidário sob a presidência de Afonso Costa.

As lutas e movimentações sociais a seguir às Conferências Operárias, longe de diminuírem, adquirem um vigor e uma coesão que lhes dão uma nova dimensão. Os *democráticos* são agora os *únicos* a assumir a repressão. Pela primeira vez, desde a entrada de Portugal na guerra, Afonso Costa e o seu partido estão sós perante unionistas, independentes de Machado Santos, *germanófilos,* monárquicos e *anti-intervencionistas* de vários matizes. As movimentações populares contra a guerra e contra a carestia da vida reforçaram, por outro lado, o isolamento dos *democráticos.*

Tudo tornava extremamente difícil a acção de um governo partidário. As condições para um movimento militar e popular contra Afonso Costa e o Partido Democrático eram, assim, cada vez mais favoráveis. Efectivamente, como se sabe, a 5 de Dezembro de 1917, Sidónio Pais chefia um movimento militar, com largo apoio de grupos civis, que afasta do poder os *democráticos.* A este movimento prestaram concurso activo alguns dos mais importantes *líderes* republicanos: Machado Santos, logo nomeado ministro do Interior, e, indirectamente, Brito Camacho, que, não participando no Governo, estava nele representado por correligionários seus [36]. A U. O. N. não hostilizou o movimento sidonista e, embora o não apoiasse, alguns militantes e *grupos civis* de maioria operária chegaram a participar nos actos preparatórios do movimento sidonista.

Que *programa* fez aglutinar tão diversas forças sociais à volta de Sidónio Pais? Como explicar o *apoio* da *U. O. N.?* Que atitude vai nortear a acção da organização operária perante a *República Nova?*

6.2 O P. R. P. (democráticos) herdou, logo após as cisões de 1911, o aparelho partidário, lenta e pacientemente organizado durante a monarquia, cobrindo a generalidade do País, através de comissões distritais, municipais e paroquiais, com uma imprensa numerosa e activa e apoiado ainda por centros escolares, por clubes e por grande parte da maçonaria.

Pode dizer-se que, dos três partidos que, a partir das cisões de 1911, se defrontam na *luta política* do País, o P. R. P. é o único

[36] Brito CAMACHO teve diversas reuniões com Sidónio PAIS, como relatam e mostram Teófilo DUARTE, *O Consulado de Sidónio Pais,* e Rocha MARTINS, *Memórias sobre Sidónio Pais.* O dirigente unionista desligou-se do movimento na sua fase final, mas correligionários seus participaram no Governo sidonista nos seus primeiros tempos.

com capacidade organizativa e com um programa definido [37], com capacidade, portanto, para pôr em prática uma acção coerente e consequente em todos os domínios da vida política.

Apoiado por parte das profissões liberais, mas sobretudo inserido nas populações urbanas, nos pequenos e médios comerciantes, no funcionalismo público, enfim, nos *populares,* o P. R. P. saiu vitorioso de todas as eleições realizadas na República (até ao eclodir da guerra). A sua esfera de acção alargava-se, além disso, ao exército, onde, para além dos *Jovens Turcos* [38], tinha larga implantação nos sargentos e cabos.

Partidário intransigente da intervenção de Portugal na guerra e tendo-se *defrontado* sozinho, nos momentos mais críticos da agitação social, contra as classes trabalhadoras, o Partido Democrático, e nomeadamente o seu líder incontestado, Afonso Costa, tornara-se o *inimigo principal a abater.* Ora, como vimos, entre os fins de Abril de 1917 e Dezembro desse mesmo ano, os democráticos isolam-se. Contra eles, as classes trabalhadoras, os unionistas, os *machadistas,* todos os monárquicos, a Igreja e os *anti-intervencionistas.* No contexto difícil da guerra, da alta dos preços, da carestia da vida, da agitação social, as condições para fazer apear o *afonsismo* do poder eram altamente favoráveis.

As classes trabalhadoras, pela própria *tradição repressiva* dos democráticos, não tinham sólidas razões para apoiarem Afonso Costa e o seu partido.

Sidónio Pais pôde surgir assim com um programa, basicamente definível em quatro pontos fulcrais, que uniam, contra os democráticos, numerosos grupos políticos e, tacitamente, a U. O. N.

Assim:

A *promessa* de não mais partirem soldados para França;
A *pacificação da família nacional;*
A resolução da *questão das subsistências* e uma política *equilibrada de preços e salários;*
A libertação dos presos por questões sociais;

Constituíram o *cerne* de uma plataforma comum que permitiu não só a queda de Afonso Costa, mas também uma *onda de esperança* partilhada pela U. O. N.

Após o 5 de Dezembro, uma comissão de operários foi recebida por Sidónio Pais. Foram-lhe então entregues as reclamações da U. O. N. aprovadas nas Conferências Operárias de Abril e Maio e, de certo modo, correspondentes às *promessas* do movimento militar. Sidónio manda libertar grande parte dos presos *por questões sociais,* alguns dos quais se encontravam detidos desde as greves rurais de 1912, mas não atende nem resolve as reclamações gerais que lhe são apresentadas.

---

[37] Além de Afonso COSTA, França BORGES, A. VASCONCELOS, A. BRAGA, Duarte LEITE e outros conferiram ao grupo democrático coerência, coesão e *uma linha política definida,* que os outros partidos estavam longe de possuir.

[38] Grupo de oficiais do exército, na maioria jovens, constituído por imitação de Kemal Ataturk.

Em fins de Janeiro terminaram *as tréguas* e o período da *não hostilidade* do movimento operário à *República Nova;* em Fevereiro e Março retoma-se a ideia de uma *greve geral revolucionária* contra a guerra e a carestia da vida [39].

[39] Ver J. Pacheco PEREIRA, *op. cit.*, mesma edição. A greve geral ocorreu em Novembro de 1918. A peneumónica, o armistício e certa demora na sua preparação limitaram a sua dimensão e o seu significado. As concepções anarco-sindicalistas impediram também outro tipo de actuação.

ANEXOS

Distribuição de algumas greves por profissões (1870-1912)

QUADRO N.º 1

Profissões	Número de greves
Calafates	1
Fragateiros e catraeiros	19
Tipógrafos e afins	17
Tanoeiros	16
Operários tabaqueiros(*a*)	6
Alimentação	5
Vestuário e calçado	22
Indústria têxtil e lanifícios	59
Marceneiros	9
Construção civil	10
Cortadores de carnes	9
Corticeiros	22
Estivadores e descarregadores	13
Padeiros	3
Metalurgia	22
Cerâmica (oleiros)	8
Operários vidreiros	8
Pescadores	7
Conservas	6
Transportes (marítimos, ferroviários, diversos)	42
Trabalhadores rurais(*b*)	28
Total	294

(*a*) Todas na década de 1870.
(*b*) Só em 1912 e 1913.
Fontes: Fernando Emídio da Silva, *As Greves*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913; *A Voz do Operário; O Protesto Operário; O Sindicalista.*

Aumento do custo de vida segundo a U. O. N.

QUADRO N.º 2

Géneros alimentares		Preços	
		Antes da guerra	Em Fevereiro de 1918
Arroz	Quilo	120	440
Azeite	Litro	300	760
Cebolas	Quilo	30	70
Feijão (branco, amarelo ou encarnado)	Litro	80	200
Feijão-frade	»	50	180
Gão-de-bico	»	80	240
Milho	»	30	160
Fava	»	40	200
Batata	Quilo	30	80
Trigo	Litro	60	130
Pão de trigo	Quilo	90	420
Pão de milho	»	50	150
Carvão	»	30	70
Leite de vaca	Litro	100	200
Manteiga	Quilo	1000	1600
Queijo	»	800	1600
Ovos	Dúzia	200	420
Massas de farinha de trigo (nacionais)	Quilo	140	860
Toucinho	»	320	720
Chouriço	»	720	1600
Carne de porco	»	280	1200
Carne de vaca	»	320	840
Forragens para gado: palha	Molho	8	50
Forragens para gado: feno	»	20	80
Forragens para gado: sêmea	»	20	120
Atum em azeite	»	320	960
Atum em salmoura	»	200	600
Sardinha (média)	Dúzia	50	140
Carapau (médio)	»	60	160

Fonte: Parecer apresentado pela Comissão Central da União Operária Nacional, em 22 de Fevereiro de 1917, ao Conselho Central. Relator: Sousa Neves.

Variações do custo de vida (preços a retalho) em Portugal, Grã-Bretanha, França e Itália — 1900-1917 (Junho)

QUADRO N.º 3

Anos	Portugal	Grã-Bretanha	França	Itália
1900	100	100	100	100
1901	98,8	100,4	100	106
1902	96,4	101,0	95	99
1903	99,0	102,8	98	99
1904	106,2	—	99	97
1905	104,5	102,4	97	99
1906	104,8	102,0	95	99
1907	105,2	108,0	100	101
1908	105,5	109,5	102	105
1909	106,6	109,6	100	112
1910	103,0	109,4	104	114
1911	108,7	109,4	117	118
1912	108,5	114,5	115	120
1913	111,1	114,8	118	193
1914	116,2	116,8	116	—
1915	122,9	148,6	135	—
1916	151,1	181,3	159	161
1917	183,3	231,3	— (*a*)	182 (*a*)

(*a*) Referente a Abril.
Fonte: A. Gonçalves Pereira, *A Variação de Preços*, Lisboa, 1925.

Custo de vida (Julho de 1914 a Julho de 1918)

QUADRO N.º 4

Anos	Meses	Geral	Porto	Lisboa
1914	Julho	100	100	100
1915	»	111,5	111,5	111,5
1916	»	137,1	137,5	137,1
1917	»	162,3	214,8	172,1
1918	»	292,7	377,6	234,2

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* de 1919.

Índice geral dos preços agrícolas

QUADRO N.º 5

Anos	Preços
1914	100
1915	114,2
1916	135,7
1917	192,8
1918	300,0

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* de 1919, p. 35.

Salários nominais e preços a retalho

QUADRO N.º 6

Anos	Salários	Preços
1914	100	100
1915	140	112
1916	167	137
1917	225	162
1918	270	293

Despesas médias de 100 famílias operárias

QUADRO N.º 7

Anos	Alimentação	Renda de casa	Vestuário	Luz e comb.
1916	70,02	7,12	10,99	6,18
1918	72,34	5,23	9,62	7,33

Fonte: Vasco Pulido VALENTE, *Estudos sobre Sidónio Pais*, Lisboa, 1968.

CONCLUSÕES DA TESE *A CARESTIA DA VIDA* *

1.ª O custo de vida atingiu entre nós uma tão súbita e exorbitante elevação que a todas as classes sociais se torna arduamente difícil manterem-se. Pelos proventos ínfimos que recebem pelo seu trabalho e pela ausência de outros recursos — como o crédito — que a sua mísera condição lhes não faculta, os operários são os mais sacrificados por essa alta de preços, são os que mais heroicamente, mas também mais improficuamente, lutam para se poderem manter. Essa dificuldade ingente experimentada pelo proletariado é reconhecida pelas próprias classes exploradoras, pela imprensa burguesa e pelo próprio Governo. A situação do trabalhador é, pois, insustentável e impõe-se-lhe uma reacção contra este estado de coisas.

2.ª Todas as medidas tomadas pelo Governo para resolver a crise das subsistências têm sido inúteis. E, demonstrada a incapacidade e a impotência dos governantes para evitar os factores da crise e conseguir o embaratecimento das subsistências, nada têm os trabalhadores que esperar da providência do Estado, cumprindo-lhes tratar directamente dos seus interesses, organizados nos seus sindicatos.

3.ª As reformas legais são meros paliativos. As pautas alfandegárias, os impostos municipais e legais, a acção dos *trusts* e monopólios e as manobras dos intermediários e especuladores são apenas factores concomitantes da carestia dos géneros, mas as suas causas são mais profundas: residem justamente no regime económico dominante.

4.ª A carestia da vida não é um fenómeno momentâneo, mas permanente enquanto existir o salariato. Também não é inevitável, pois não faltam braços para o trabalho, meios de produzir, minas para explorar e terra para cultivar. Se não se aumenta a produção, é porque o capitalista está interessado na escassez dos produtos, visto que a sua produção obedece ao lucro que o *negócio* lhe dá, e não a satisfazer as necessidades reais do consumo.

5.ª Assim, a *superprodução* capitalista é fictícia, pois que deixaria de existir se ao povo não estivesse restringida pelo salário a faculdade de con-

* Esta tese foi apresentada à Conferência Operária do Sul em 30 de Abril de 1917.

sumir até à satisfação das suas necessidades. O operariado precisa pois de conquistar para si a liberdade de consumo.

6.ª A desgraçada situação económica criada pela guerra ao mundo consumidor veio demonstrar que a sociedade humana não pode manter-se sob o actual regime económico, isto é, sob uma sociedade organizada na exploração do homem pelo homem, desprezados o apoio mútuo e a solidariedade. O que é preciso é transformar, e não reformar.

7.ª Para operar essa transformação, que trará a liberdade de produção e de consumo para todos os seres humanos, cumpre ao operariado organizar-se, instruir-se e educar-se. Enquanto, porém, essa transformação necessária se não opera, um único meio resta ao trabalhador para tornar possível a existência: *a luta incessante por salários mais altos.*

Comissão organizadora